

BIOGRAFIA MUSEOLÓGICO-CURATORIAL DE UMA COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA: O CASO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE (MCRG), RS, BRASIL

MUSEOLOGICAL-CURATORIAL BIOGRAPHY OF AN ARCHAEOLOGICAL COLLECTION: THE CASE OF THE MUSEUM OF THE CITY OF RIO GRANDE (MCRG), RS, BRAZIL

Matheus Pereira Da Costa *

Diego Lemos Ribeiro **

Rita Juliana Soares Poloni ***

Resumo: O artigo a seguir tem como objetivo apresentar a trajetória biográfica de uma coleção arqueológica, que está em exposição de longa duração no Museu da Cidade do Rio Grande, RS, Brasil. A cronologia estabelecida para análise compreende os anos de 1984 e 2020, e refere-se às mudanças cenográficas e discursivas ocorridas na instituição. Os pressupostos metodológicos estão baseados no levantamento de fontes primárias, relativas às documentações de formação do acervo institucional; e secundárias, a partir da estratégia de observação participante e a realização de entrevistas semiestruturadas que foram aplicadas com os interlocutores da pesquisa. Os resultados obtidos apontam para uma trajetória biográfica singular, ainda em processo, a qual possibilitou conectar arqueologicamente diferentes tempos, acontecimentos, instituições e pessoas. Ao fim, são tecidas algumas considerações sobre a importância da apropriação social e simbólica do patrimônio arqueológico nos museus, com vistas a gerar novas qualificações institucionais e (re) significações sociais desses achados no presente.

Palavras-chave: Musealização; Coleção Arqueológica; Trajetória Biográfica; Museu da Cidade do Rio Grande.

Abstract: The following article aims to present the biographical trajectory of an archeological collection, which is on long-term exhibition at the Museu da Cidade do Rio Grande, RS, Brazil. The chronology established for analysis is between the years 1984 to 2020, and refers to the scenographic and discursive changes that took place in the institution. The methodological assumptions are based on the survey of primary sources related to the documentation of the formation of the institutional collection, and secondary ones based on the participant observation strategy and the realization of semi-structured interviews that were applied with the research interlocutors. The results obtained point to a unique biographical trajectory still in process, which

* Possui graduação em Arqueologia bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2014 - 2017), mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL (2019 - 2021). Atualmente é discente do curso de doutorado em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq) do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - USP. E-mail: matheuspdacosta@usp.br.

** Doutor em Arqueologia no MAE/USP. Professor lotado no departamento de Museologia, Conservação e Restauração e membro efetivo do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - PPGMP pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. E-mail: dirmuseologo@yahoo.com.br

*** Doutora em Arqueologia – Universidade de Algarve / PT. Professora lotada no departamento de Museologia, Conservação e Restauração e membro efetivo do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - PPGMP pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. E-mail: julianapoloni@hotmail.com

made it possible to archeologically connect different times, events, institutions and people. Finally, some considerations are made about the importance of the social and symbolic appropriation of the archaeological heritage in museums, with a view to generating new institutional qualifications and social (re)significations of these findings in the present.

Key-words: Musealization. Biographical trajectory. Archaeological Collection.

INTRODUÇÃO

O Museu Histórico da Cidade do Rio Grande (MCRG) é uma instituição cultural com funções pertinentes à salvaguarda e à comunicação museológica. Está localizado no extremo sul-brasileiro, na cidade do Rio Grande, a mais antiga do estado do Rio Grande do Sul (ver Figura 1). Sua criação é resultado do esforço coletivo de um grupo de empresários influentes no contexto socioeconômico riograndino da década de 1950, que, por intermédio da Fundação Cidade do Rio Grande (FCRG)¹, propôs a construção de um espaço voltado à conservação e preservação da memória da cidade. O grande protagonista do projeto foi o Engenheiro Francisco Martins Bastos – figura importante no desenvolvimento e infraestrutura da cidade, que, com auxílio da FCRG, referendou a proposta de instalação da instituição.

Foi por intermédio da ação efetiva da Fundação, que esta passou a atuar como uma organização integrada, cujo objetivo era dar sequência ao projeto de implantação do Museu no escopo da administração pública municipal. Em 1971, o então prefeito, Tenente Coronel Cid Scarone Vieira, publicou o Decreto-Lei Municipal nº 2.524 de 18, de outubro, e sancionou a criação do Museu com a finalidade de

adquirir, estudar, catalogar, colecionar, e expor, sistematicamente, documentos e demais objetos concernentes à história, geografia e Folclore Nacional e, mais especificamente, espécimes das riquezas, curiosidades naturais, científicas e artísticas rio-grandenses em geral e rio-grandina em particular. (Decreto-lei Municipal nº 2.524 de 18 de outubro de 1971)².

A partir dessa legislação, que valida oficialmente a criação da instituição, foi formado um conselho deliberativo, registrado através da ATA n. 323, de 9 de fevereiro de 1984, cujas atribuições redundariam em “organizar e administrar a entidade e bem assim as verbas recebidas de órgãos públicos, privados e particulares, ou da receita do próprio Museu” (ANJOS, 2009, p.140). Dessa forma, segundo Anjos (2012), enquanto fonte provedora, a Fundação assumiria responsabilidades de ‘estruturação’,

¹ Instituição sem fins lucrativos de caráter técnico-científico.

² Decreto-lei municipal disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/legislação-municipal/4191/leis-de-rio-grande>>. Acesso em: 20 de outubro 2021.

'administração' e 'manutenção' da instituição cultural, bem como da divulgação de informações sobre o patrimônio histórico e cultural do município.



Figura 1. Mapa de localização do Museu.

Fonte: <<http://www.fcrg.org.br/site/museus/visualizar/3>>.

O acervo institucional

Atualmente, o Museu possui duas grandes exposições em curso, as quais ocupam espaços físicos distintos: a primeira exposição está relacionada aos objetos do acervo histórico, que incluem desde documentos oficiais a objetos bi e tridimensionais. Esse acervo reúne cerca de nove mil objetos que aludem a diferentes momentos de constituição da cidade (e.f. industrialização, comércio, indumentária, de uso cotidiano), e estão associados a períodos de grande efervescência no desenvolvimento socioeconômico e cultural rio-grandino (DA COSTA, 2021).

Junto com esses acervos ingressam os objetos relacionados à fé católica, que foram doados, predominantemente, pela mitra diocesana da cidade. Em 1986, foi criada a exposição denominada Arte Sacra, localizada na capela de São Francisco da catedral de São Pedro, a mais antiga do estado do Rio Grande do Sul³.

Em paralelo à formação desses dois acervos principais, encontra-se uma coleção de origem arqueológica pré-colonial, que está alocada institucionalmente no prédio da alfândega, espaço destinado às exposições do Museu (DA COSTA e RIBEIRO, 2020). Esta coleção é categorizada, arqueologicamente, no esquadro tipológico de líticos lascados e polidos, fragmentos de cerâmicas lisas e corrugadas, urnas funerárias, e demais objetos que ainda são desconhecidos e não possuem nomenclatura definida pela instituição. Segundo Da Costa e Ribeiro (2020), esta coleção reúne cerca de quatrocentos e dezesseis objetos⁴, sendo que apenas uma pequena parcela dos itens encontra-se atualmente em exposição de longa duração.

Com base na documentação museológica do acervo, a maioria dos objetos arqueológicos foi encontrada fortuitamente na zona rural da cidade, pela comunidade local, e doados ao Museu ainda no decorrer das décadas de 80 e 90 do século passado. Através de uma rápida consulta às informações disponíveis no livro tomo da instituição, foi possível constatar também que alguns objetos são oriundos de material de pesquisa de um ex-pesquisador e colecionador particular *in memoriam*⁵, que contribuiu com a formação do acervo institucional.

Do ponto de vista do “valor” da pesquisa científica sobre coleções e acervos arqueológicos, não há registros de estudos sistemáticos sobre a coleção até meados de 2019, sendo os trabalhos de Da Costa e Ribeiro (2020) e Da Costa (2021) inéditos nesse sentido. Isto considerado, os objetos que integram o respectivo acervo permaneceram até então invisibilizados em relação a outros conjuntos patrimoniais – sobretudo, históricos –, fator este recorrente em museus interioranos brasileiros (DA SILVA, 2008).

Para caracterizar o contexto de isolamento e abandono das coleções e acervos na realidade brasileira, Cristina Bruno (1995) enquadra este cenário na categoria de “estratigrafia do abandono”. Nas palavras da autora, essa estratigrafia é responsável pelo processo de negligência gerado em relação às referências culturais, notadamente

³ No que se refere à sede da catedral de São Pedro, a mesma está localizada na Rua General Bacelar nº 440, no bairro Centro da cidade do Rio Grande. Foi fundada em 1755. O edifício foi construído em estilo barroco e tombado pelo IPHAN ainda na década de 1938. Atualmente, possui cerca de 266 anos.

⁴ A contagem de objetos se deu em decorrência da consulta ao livro tomo da instituição.

⁵ Um dos maiores contribuintes para o acervo arqueológico do MCRG foi o professor Wander Valente, cujo interesse pela temática da arqueologia regional está devidamente documentado em trabalhos publicados.

no que se refere à preservação da memória indígena para a interpretação da cultura brasileira (BRUNO, 2005).

A partir dessa discussão, que envolve a compreensão dos processos de musealização do patrimônio arqueológico no sul-brasileiro, tornou-se fundamental pensar o contexto das qualificações e (re) significações desses achados arqueológicos no cotidiano do Museu. O caminho elencado para essa (re) descoberta da coleção foi delimitado a partir da abordagem biográfica dos objetos, tendo por referência os trabalhos de Igor Kopytoff (2008) e Samuel Alberti (2005).

No caso em questão, parte-se de uma análise dos processos museológico-curatoriais para reconstituir o estrato mais recente dessa trajetória biográfica, a fase museológica. Desse modo, o tópico a seguir busca sintetizar parte dessa biografia.

BIOGRAFIA MUSEOLÓGICO-CURATORIAL ENQUANTO REFLEXÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Segundo o dicionário Michaelis, a etimologia da palavra biografia vem do grego bizantino, que resulta na junção do prefixo *bio* (vida) e *Graphien* (escrita). Conceitualmente, o termo vem sendo empregado no campo das ciências humanas e sociais, em referência à ação de contar um relato, uma história, uma experiência de vida, que pode ser sobre algo ou alguém.

No campo dos estudos de cultura material, e mais especificamente no que alude à interlocução das áreas de Arqueologia e Museologia, a aplicação de um estudo biográfico assume importância fundamental para refletir sobre os diferentes usos, contextos e significados, que são mobilizados e conferidos pelos distintos grupos sociais, quando em interação com as vidas sociais dos objetos (APPADURAI e KOPYTOFF, 2008). Para o antropólogo Daniel Miller (2013, p.66), as pessoas produzem objetos e os incorporam como parte de seu repertório social, e, ao mesmo tempo, os objetos, por seu potencial agenciativo (GELL, 2009), condicionam os comportamentos humanos e tornam-se produtores de relações sociais (HODDER, 2000). Essa discussão nos permite fundamentar a própria ideia de colecionismo que acompanha as sociedades desde a sua constituição, e tem sido, desde o séc. XVI, com a formatação dos gabinetes de curiosidades, a rota que levou à constituição dos museus no séc. XIX.

Nessa linha de pensamento, para Appadurai e Kopytoff (2008), a aplicação de uma abordagem biográfica da cultura material põe em evidência a constituição das múltiplas redes de relações sociais que são tecidas entre atores humanos e não-

humanos⁶, a partir de determinados contextos históricos e sociais. Para fundamentar essa ideia, Kopytoff (2008) adverte que é justamente na intersecção de vidas sociais da cultura material [coisas] e das [pessoas], que acessamos os distintos valores promovidos por essa interação.

Ao fazer a biografia de uma coisa, far-se-iam perguntas similares às que se fazem às pessoas: Quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes a esse “status”, e à época e à cultura, e como se concretizam essas possibilidades? De onde vem a coisa, e quem a fabricou? Qual foi a sua carreira até aqui, e qual é a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa? Quais são as “idades” ou fases da “vida” reconhecidas de uma coisa, e quais são os mercados culturais para elas? Como mudam os usos da coisa conforme ela fica mais velha, e o que lhe acontece quando a sua utilidade chega ao fim? (KOPYTOFF, 2008, p. 92).

Conforme abordado pelo autor ao lançar perguntas sobre os objetos, fala-se muito mais das pessoas, e da tessitura das mediações, do que dos objetos em isolamento. Nesse movimento de compreender como são tecidas essas conexões simbólicas e semânticas, Appadurai nos sugere que “temos que seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. Somente pela análise destas trajetórias podemos interpretar as transações e cálculos humanos que dão vida às coisas” (APPADURAI, 2008, p. 17)⁷. Essa assertiva vai ao encontro das reflexões do historiador brasileiro Ulpiano Bezerra de Meneses (1998) ao se referir à trajetória dos objetos, quando afirma que é preciso entendê-los ‘em situação’, em suas múltiplas formas de apropriação social e simbólica. Seguindo por essa lógica, Mário Chagas (1994b), nos diz que os objetos não falam sozinhos, mas em decorrência dos questionamentos que são lançados sobre eles e isso se dá oportunamente quando

[...] perguntamos o nome do objeto, de que matéria-prima é constituído, quando e onde foi feito, qual o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social, político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjunturas históricas etc... (CHAGAS, 1994b, p. 43).

Para adotar essa perspectiva no campo dos museus, o antropólogo Samuel Alberti (2005) nos afirma que “[...] podemos traçar a carreira de coisas de museu desde a aquisição até o arranjo para a exposição, através de diferentes contextos e das muitas mudanças de valor decorrentes desses movimentos”. (ALBERTI, 2005, p. 560-561).

⁶ Apesar dos autores não elucidarem a perspectiva de Bruno Latour (2012), entendemos que parte dessa reflexão se estende a compreensão de uma rede de relações entre atores humanos e não-humanos.

⁷ Tradução livre.

Tradução nossa). Na perspectiva do autor, a abordagem biográfica em museus possibilita não apenas acessar o momento atual da coleção, mas fornece pistas sobre seus usos anteriores, como a fase pré-musealização, como nos diz Lourenço e Gessner (2012):

[...] o museu é responsável por buscar ativamente todas as fontes possíveis (material, documental, bibliográfica, oral, tangível e intangível) associados à biografia pré-museu dos objetos. [...] Compilados de dados sobre as vidas passadas dos objetos podem ser feitas a qualquer momento, mas é particularmente crucial o momento da coleta, antes que os objetos entrem no museu. Fazê-lo bem requer uma compreensão das vidas dos objetos vivos. (LOURENÇO e GESSNER, 2012, p. 730. Tradução livre).

Conforme refletem os autores, o museu deve buscar fontes que auxiliem na construção de uma documentação museológica de seus acervos. Ao fazer isso, como nos diz Alberti (2005), “estudamos uma série de relações em torno dos objetos, primeiro em seu caminho para o museu e, em seguida, como parte da coleção. Trata-se de relações estabelecidas entre pessoas e pessoas, entre objetos e objetos, e entre os objetos e pessoas” (ALBERTI, 2005, p. 560-561. Tradução nossa).

No sentido abordado, os museus, ao recuperarem o máximo de informações sobre a vida social dos objetos, passariam a ‘preservar’ não só o que dizem sobre os objetos, seus usos anteriores ao processo de musealização, mas, conseqüentemente, aquilo que se construiu e se constrói sobre eles no presente, ou seja, suas singularizações e (re) significações sociais. Como sugerem Nery et al (2020),

O desconhecimento das biografias e das trajetórias das peças ali preservadas pode ser extremamente danoso à instituição, principalmente ao considerarmos que elas estão ali para serem lembradas e servirem como documentos. Nesse contexto, muitos museus correm o risco de acabarem preservando corpos sem almas. (NERY et al. 2020, p. 116).

Evidentemente, ao preservarem ‘corpos sem almas’, os museus perdem de vista que o valor de patrimônio é uma potência atualizada, em que os indivíduos e coletivos criam e (re) elaboraram suas identidades. E, como sugere Gonçalves (2005), não basta apenas existir uma vontade de memória, é preciso que haja ressonância social. Como diz o autor:

[...] um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência do Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberadora de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ‘ressonância’ junto a seu público (GONÇALVES, 2005, p. 19).

Com base nas reflexões elencadas, entendemos por ressonância social, os efeitos de valores e sentidos gerados no âmbito das relações entre pessoas, contextos e coisas, que constitui o substrato do reconhecimento patrimonial. Ao entender essas tramas e como elas se organizam na construção dos enunciados museológicos, é possível compreender as rotas que levam os objetos do anonimato, por vezes, de memórias exiladas e silenciadas, à sua valorização social e simbólica enquanto patrimônios, efetivamente.

É justamente no sentido de equalizar teoria à prática que, no tópico a seguir, damos início à apresentação de três fases basilares, que constituem as trajetórias biográficas da respectiva coleção, destacando as múltiplas reentrâncias e potenciais de agências que as conectam às vidas sociais das pessoas.

PROSPECTANDO A TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA DA COLEÇÃO

PRIMEIRA FASE (1984 – 2007): O PROCESSO DE AQUISIÇÃO E OS DESLOCAMENTOS INTRA INSTITUCIONAIS.

Conforme já apresentado na introdução do artigo, o Museu em tela foi criado na década de 80 do século passado, tendo sido destinado o prédio da Alfândega como lugar para o desempenho de suas ações institucionais. Segundo Anjos (2012), no ato de sua criação não havia uma definição clara da missão institucional, visto que naquele período o Museu não contemplava todos os grupos sociais no acervo. A instituição direcionava os seus discursos aos bens cujo valor sócio-histórico representava, predominantemente, os hábitos e costumes da elite burguesa que ocupou a cidade entre os séculos XIX e XX. Assim, como nos diz a autora, o Museu não representava a memória da cidade em si, e sim de uma parcela dela que passou a ser vista e representada nas exposições temáticas, enquanto uma ‘idealização’ de determinados grupos sociais sobre a cultura na cidade.

Com base no levantamento de fontes primárias e secundárias, ainda no decorrer do processo de formação institucional foi criada uma campanha de arrecadação de acervos, denominada como ‘campanha da memória’, cuja figura ilustrada na campanha era de um ‘elefante’. Até o momento não se sabe ao certo qual a relação entre a memória e o elefante. Entretanto, metaforicamente, a associação com o tal animal nos permite supor que o volume de massa encefálica estaria associado por analogia à capacidade de ‘retenção da memória’. Nesse sentido, o objetivo da campanha era mostrar que o Museu representaria o espaço adequado para a gestão das memórias da cidade.

Com base no relato oral de uma ex-diretora da instituição, foi em virtude dessa campanha que ingressaram na instituição objetos arqueológicos relacionados ao período pré-colonial. O principal protagonista do movimento de arrecadação de acervos foi o então diretor, Adyr Olinto (in memoriam), que na época, devido a sua importante influência na cidade, orientou a população local sobre a importância de se ter uma memória anterior à colonização portuguesa.

De fato, essa iniciativa pessoal do ex-diretor teve grandes repercussões. As pessoas sensibilizadas pelas ações e proposições da campanha se empenharam nas doações de objetos para compor o então acervo arqueológico. No decorrer dos anos essas doações passaram a serem realizadas de modo espontâneo ao Museu, devido ao seu protagonismo na cidade. Sua atuação, nesse sentido, vai ao encontro da retomada das intenções da instituição com base no que havia sido colocado no regimento interno do Museu, através do conselho diretor da FCRG, a saber:

Em seu artigo 1 – “das finalidades do Museu”: objetivo da instituição é de atender a preservação de uma memória cultural do território sul-brasileiro, e que a mesma fosse significativa para a compreensão do território nacional. Portanto, trazer a história e a memória de formação do território onde a cidade está localizada, desde o período que se convém denominar como ‘pré-colonial’, sempre fez parte das preocupações do Museu. Embora a instituição não tivesse, naquele momento, corpo técnico e funcional para dar sentido a essa tipologia de acervo, alguns esforços pessoais foram mobilizados e esse movimento demarca, oportunamente, a formação da coleção arqueológica e os respectivos movimentos intra institucionais.

Retornando a historicidade do Museu, cientes das lacunas relacionadas aos processos de aquisição de objetos, em um momento em que não havia uma definição clara dos propósitos da instituição, viu-se a necessidade de adequar uma política de aquisição e, conseqüentemente, a organização de uma documentação museológica do acervo. Nesse momento, em específico, demarca a atuação da ex-diretora da instituição, a Sra. F. S. B, que foi responsável por criar e elaborar um catálogo de peças, com a finalidade de inventariar o que havia de objetos nos compêndios institucionais. A partir dessa iniciativa foram adotadas novas ações referentes à gestão e ao planejamento do Museu, que contou com um olhar adicional sobre os objetos arqueológicos.

Em paralelo à formação do Museu, foram criadas na mesma época outras instituições, como, por exemplo, o Laboratório de Ensino em Arqueologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG (Lepan), de cunho universitário; e o

Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NPA), como unidade de pesquisa em arqueologia da secretaria de cultura da Prefeitura Municipal do Rio Grande.

Segundo o fundador do Núcleo, o sr. É. C. B, o objetivo da criação da unidade era dar continuidade às pesquisas arqueológicas na cidade do Rio Grande, e propor ações voltadas à salvaguarda e comunicação da herança cultural do município. Em entrevista concedida em fevereiro de 2020, É. C. B relata que fez parte do grupo que deu origem ao LEPAN na FURG, nos diz que, com o passar dos anos e por interesses diversos, cada um dos pesquisadores deu prosseguimento às suas pesquisas de forma 'solo'.

Na época em que o Museu recebeu as doações de acervos arqueológicos, uma das pessoas à frente do Núcleo na cidade era a Sra. F. S. B. e o Sr. É. C. B. A Sra. F. S. B, devido ao seu exercício profissional enquanto educadora e historiadora, sempre teve interesse pela temática da arqueologia pré-colonial. Sua participação no Núcleo foi muito importante para a consolidação da unidade de pesquisa na cidade, que, com o transcurso dos anos, passou a executar pesquisas e a construir exposições temáticas em cooperação com o Centro Municipal de Cultura (CMC) da Prefeitura Municipal do Rio Grande. Como ela nos diz no relato abaixo:

A criação do Núcleo neste aspecto foi importante porque sempre foi uma demanda na cidade, trazer essa memória anterior à colonização. O Núcleo só não ganhou muita visibilidade. Mas os pesquisadores e diretores de lá faziam muitas exposições com o material que está salvaguardado no Centro Municipal de Cultura. (DA COSTA, 2021, p. 98).

Com a demanda do Museu, a colaboradora se propôs a ajudar na contextualização dos objetos arqueológicos que haviam sido doados. Pode-se dizer que este fato, em específico, é um marco na trajetória biográfica da coleção, que passou a ser requalificada a partir de um viés arqueológico. Como podemos ver abaixo no relato da interlocutora, a mesma esclarece como ocorreu de fato o seu processo de inserção no Museu e quais foram as estratégias para lidar com o acervo arqueológico.

Num determinado dia estava chegando ao Centro de Cultura (CMC), em frente ao prédio dos azulejos no centro urbano da cidade do Rio Grande, quando então fui chamada pelo Sr. Adir (in memoriam), na época diretor do Museu. Eu já o conhecia de vista e pelo protagonismo na cidade. Ele me olhou e disse: estou querendo há muito tempo falar contigo F. S. B, tem um acervo pré-colonial lá no Museu Histórico, que ninguém sabe tratar, foi doado assim por várias pessoas. Surpresa pela construção de um acervo desta tipologia, imediatamente respondi a ele: que interessante Adir, posso ver o que eu consigo identificar. Logo após a conversa, acertamos uma visita ao Museu, foi quando cheguei à instituição; a coleção arqueológica que hoje está em

exposição já estava lá, depositada em caixas de papelão. O museu já estava montado e inaugurado, e foi quando eu peguei toda aquela coleção e comecei a trabalhar sobre ela. Como não havia documentação museológica do processo de aquisição, eu fiz uma listagem do que era cada objeto e criei um catálogo de peças. Algumas que eu estava com dúvidas, solicitei ajuda aos professores da área com quem eu tinha contato lá na PUC/RS de Porto Alegre. [...] A maioria dos objetos, o Irmão Marista Guilherme Naue me ajudou a identificar, já aqueles que nós não conseguimos identificar, pedimos ajuda a outros pesquisadores. Isso ocorreu entre os anos de 1989/1990. Mas sei que logo depois eu fui contratada pelo Museu para desempenhar outras ações sobre esse acervo em específico, e também aos demais acervos da instituição (DA COSTA, 2021, p. 98 - 99).

A partir deste breve relato da interlocutora, temos uma visão clara de como ocorreu o contato entre ela e o ex-diretor do Museu. Além disso, são especificados momentos que retratam a própria historicidade dos processos museológicos da instituição. Desde a sua criação até meados dos anos de 1989, os objetos arqueológicos não haviam sido analisados por nenhum pesquisador da área de Arqueologia, permaneciam inócuos no espaço museológico. Conforme o ex-diretor, nesse momento tornava-se perceptível as lacunas informacionais no acervo arqueológico, o qual já havia começado a ser institucionalizado no Museu.

A respeito dessa situação, a interlocutora discorre sobre as dificuldades enfrentadas no período referente à sua contratação de 1989 a 2007, para conduzir ações com os objetos que integram o acervo. Um dos pontos mais emblemáticos nesse enredo biográfico é a própria ausência de profissionais para atender às demandas do acervo, o qual dependia do esforço de um único funcionário para dar conta de um acervo 'multicomponencial'⁸, com rarefeita informação contextual. Ela relata:

Em relação à composição da equipe técnica, no caso do Museu, eu era a única pessoa com formação na área, digamos próxima, e o Sr. Adir (in memoriam) era formado em direito. Evidentemente que depois fui aprimorando minha formação na área de Museologia. Realizei inúmeras mudanças no museu. O presidente da fundação, que é mantenedora do Museu, nos deu apoio para essas mudanças. Mas enfrentamos dificuldades como qualquer outro museu, era apenas um técnico para cuidar de todo um acervo, que possui desde têxtil, imobiliário, de períodos distintos, então faltava equipe. E essa não é uma exclusividade de Rio Grande, como já havia dito, são vários museus distribuídos pelo Brasil e no exterior. [...] Faltam profissionais das áreas das artes, das técnicas, da Arqueologia, entre outros. Os museus, apesar dos avanços reiterados no acesso ao público, ainda não são vistos para o desenvolvimento social, e talvez seja isso o cerne dos problemas enfrentados nas instituições contemporâneas. Há

⁸ Acervo com uma variedade de objetos de diferentes períodos, contextos e memórias.

necessidade de capacitação, isto é, identificar como os museus podem servir à sociedade por meio da pesquisa e da divulgação destes acervos. (DA COSTA, 2021, p. 100).

Fica claro que foi somente com o esforço pessoal do ex-diretor que a instituição passou a olhar para o campo de atuação da arqueologia. Entende-se, em certa medida, que essa iniciativa serviu como um diferencial se pensarmos em termos de estrutura museológica contemporânea. O papel da interdisciplinaridade foi fundamental na construção dos recursos expográficos, projetando, assim, uma memória ancestral do território da cidade. De fato, concorda-se com a interlocutora quando ela afirma que a falta de investimento em políticas públicas para a área de cultura acabou relegando a instituição a um espaço de pouca visibilidade na cidade, e com baixa ressonância para o desenvolvimento social.

À medida que os olhares dos gestores foram sendo calibrados para a importância de manter salvaguardado o acervo, percebeu-se uma alteração na própria concepção e estatuto dos objetos, que passam de meras ‘curiosidades do passado’ a serem reconhecidos enquanto ‘patrimônios arqueológicos’. Isso só ocorreu de fato a partir da inserção da Sra. F. S. B e a partir do contato com a rede de colaboradores formada por colegas da área de Arqueologia, que a ajudaram na interpretação dos objetos referente à coleção. No trecho abaixo a interlocutora especifica esse momento.

[...] Na época em que eu estava lá, a gente também usou uma exposição (totalmente diferente da atual). Uma primeira vitrine trazia referências dos primeiros habitantes locais. Era um ‘retrato’ sobre a vida antes da chegada da colonização. Enfim, usávamos algumas gravuras que o irmão Guilherme Naue tinha nos oferecido. Essas imagens e objetos foram utilizados para fazer uma referência à ocupação do território sul-brasileiro no período anterior ao da colonização. Nesta mesma época, o Prof. Pedro Mentz Ribeiro nos dava muita palestra sobre o tema da arqueologia pré-colonial. Embora ele não tenha trabalhado diretamente sobre essa coleção, ele nos indicava discussões sobre o assunto, que eventualmente, utilizamos nas exposições. A equipe lá do Anchieta também nos ajudou com a análise dessa coleção. A participação de ambos os professores, também ocorria quando eu fazia parte ainda do Núcleo de Arqueologia (NPA). (DA COSTA, 2021, p. 101).

Em síntese, essa primeira etapa da trajetória biográfica da coleção coloca em relevo a participação direta e indireta de alguns atores humanos que foram mobilizados em decorrência da formação do acervo institucional do Museu e, por conseguinte, contribuíram no processo de qualificação institucional e da própria coleção. Denota-se em sua fala, ainda, a importância das ações do Museu no decorrer de sua gestão, que passou a ter um olhar mais próximo da temática da arqueologia regional.

No que se refere à continuidade da trajetória da coleção em específico, a interlocutora ainda discorre sobre algumas informações que aludem à gestão posterior a sua, em que os objetos da coleção são deslocados do Museu para as imediações do Laboratório - Lepan da FURG. Essa mudança de espaço físico também gerou mudanças no campo dos valores da própria coleção como veremos a seguir.

SEGUNDA FASE (2008 – 2015): ALTERAÇÕES CENOGRÁFICAS, DISCURSIVAS, E OS DESLOCAMENTOS EXTRA INSTITUCIONAIS.

Dando continuidade à descrição das etapas que constituem essa biografia museológico-curatorial, passamos agora a delimitar a segunda fase, que se refere aos deslocamentos extra institucionais ocorridos entre os anos de 2008 a 2015.

No decorrer do ano de 2008 se assiste a uma mudança na gestão institucional do Museu, a qual passou a operar com novos profissionais em seu quadro técnico-científico. O término da segunda gestão, entre 1989 a 2007, e o advento da terceira, entre 2008 a 2017, resultou numa mudança completa dos recursos museográficos e de planejamento institucional.

Ainda no ano de 2009 a instituição foi contemplada em edital do BNDES e iniciou um longo processo de manutenção do edifício, no qual se previu também a reestruturação museográfica e discursiva das exposições temáticas. Entretanto, devido aos embargos administrativos, as obras de restauração só foram iniciadas no ano de 2014 (FERREIRA e GONÇALVES, 2014; DA COSTA e RIBEIRO, 2020). Sobre este momento em específico perguntamos a Sra. F. S. B, enquanto ex-diretora da instituição, como foi o processo de trânsito de uma gestão para a outra, a fim de entender como a coleção foi recepcionada nesse contexto. Segundo seu relato,

A gestão posterior a minha, que se configura na história institucional como a terceira gestão do Museu, fez inúmeras parcerias com as universidades, tanto na FURG em Rio Grande/RS, quanto na UFPEL em Pelotas/RS. É nessa interlocução que entra o deslocamento dessa coleção em específico, que foi encaminhada para o Lepan, no momento em que o Museu passou por reformas internas e alterações cenográficas. [...] Talvez o pensamento que inaugurou essa mudança veio justamente por ver que no Museu não haveria possibilidade de pesquisa, os objetos permaneceram lá encaixotados. E no caso dessa coleção em específico, se percebeu no Lepan uma possibilidade interessante de pesquisa, ou pelo menos para ajudar na identificação arqueológica mais específica do que minha. Isso porque o Lepan tem sua própria historicidade na região sul com a pesquisa arqueológica, e que talvez no Museu nunca houvesse de ter uma atenção adicional ao acervo pré-colonial. Evidente que esses trânsitos interinstitucionais foram mobilizados por determinadas pessoas, que participaram ativamente do processo de locomoção, as informações que tenho são

subjetivas. Mas não saberia dizer, em específico, o que de fato impulsionou esse movimento entre instituições e o retorno dos objetos já no ano de 2015 para integrar a nova exposição. (DA COSTA, 2021, p. 103).

Com base no relato de F. S. B, no transcorrer desse período, a coleção foi desmobilizada do acervo do Museu, onde estava salvaguardada, e deslocada para o LEPAN – FURG. No Museu, até os dias de hoje não se sabe ao certo os motivos que levaram a esses deslocamentos extra institucionais, mas conjecturam-se algumas hipóteses principais, sendo elas: a de que a instituição permanecia sem quadro técnico-funcional para dar sentido aos objetos da coleção e mais diretamente nas exposições; outra menos provável é a de que os objetos haviam sido solicitados pelo Laboratório como empréstimo ao Museu. A fim de corroborar ou mesmo refutar ambas hipóteses, empenhou-se uma visita técnica às dependências do Laboratório para averiguar eventuais concomitâncias e discrepâncias nos discursos sobre a trajetória de vida dos objetos e seus deslocamentos.

Diante dessa lacuna informacional, realizou-se uma imersão na documentação do Laboratório, em busca de ‘pistas’ sobre esses deslocamentos que auxiliassem a construir uma narrativa sobre os usos anteriores dos objetos e da própria coleção. Além da consulta em documentos oficiais da instituição (livros tombos, fichas catalográficas, material impresso), tivemos acesso à concessão de um relato oral de um dos membros da equipe técnica do Laboratório, a Sra. B. V. M., que protagonizou esses deslocamentos, e se dispôs em contar e detalhar as reminiscências intersubjetivas dessa trajetória, a partir de sua vivência na instituição.

A mesma reiterou que os objetos arqueológicos, que estão sendo expostos no Museu, nunca foram alvo de pesquisas do Laboratório. Argumentou ainda que nesse processo de deslocamento extra institucional, caracterizado pelo deslocamento físico e semântico dos objetos, o Laboratório serviu apenas de depositário do material entre os anos de 2008 e 2015. Segundo a interlocutora, havia muitos objetos que eram arqueológicos, e foram engendrados na coleção, mas que, posteriormente, ao serem analisados pela equipe do laboratório, não foram considerados ‘arqueológicos’, propriamente. Esse detalhamento é feito no trecho compilado abaixo:

[...] Então, sobre a trajetória dos objetos que saíram do Laboratório em 2015 para retornar ao Museu. Os objetos sempre foram do Museu, nunca foram do Laboratório. Quando cheguei à instituição em 2009, esses objetos já estavam encaixotados em duas caixas de papelão, que continham distintos artefatos líticos (lascados e predominantemente polidos) e também cerâmicas arqueológicas, uma urna funerária. Na época, nunca tivemos acesso às informações da

origem desses objetos, apenas algumas fichas de origem do Museu. Até conjecturamos a possibilidade de que se tratava de uma coleção descontextualizada, já que o Laboratório recebia doações espontâneas das comunidades. Ao identificarmos essas tipologias começamos a catalogar os objetos dentro do catálogo de doações (livro tombo) do Laboratório [...]. Em sua maioria foram inferências sobre os aspectos morfotécnicos (peso, cor, tamanho, textura, etc), de modo generalista. [...] Importa afirmar também que o Laboratório possui um amplo acervo pré-colonial, cujas mesmas tipologias já vinham sendo estudadas por sua equipe técnica e não havia interesse institucional sobre essa coleção em específico (DA COSTA, 2021, p. 104).

Amparados no relato acima, percebemos o detalhamento da interlocutora ao se referir à coleção em análise, demonstrando que os objetos já estavam na instituição no ano de 2009. Posterior a esse período, ocorre uma atenção adicional a esses objetos que passam a ser catalogados dentro das normas de salvaguarda do LEPAN, que, inclusive, seguiam a metodologia do professor Dr. Pedro Augusto Mentz Ribeiro (in memoriam)⁹, o mesmo havia sido coordenador do Laboratório em anos anteriores.

Ainda, discorrendo sobre a relação entre o Museu e o Laboratório, a interlocutora faz um breve levantamento que inclui aspectos relevantes dessa trajetória biográfica, como podemos ver a seguir.

[...] Segundo a instituição, esse processo de transição ocorreu na gestão anterior, ainda no ano de 2008. Algumas informações apontavam para uso dos objetos como empréstimo para análise. Entretanto, quando assumi o cargo de técnica do laboratório, em 2009, havia informações de que esse material havia sido doado para o Laboratório. Como não há informações detalhadas ficou muito difícil determinar o que de fato ocorreu nesse deslocamento. O que se sabe é o que está escrito nas fichas dos objetos, que reúnem apenas informações generalistas (nome da tipologia de objeto arqueológico, por exemplo, bolas de boleadeiras, com localização a partir de uma grande área de dispersão, exemplo, São José do Norte – RS) (DA COSTA, 2021, p. 105).

Fica claro no relato que a equipe técnica do Laboratório desconhecia o processo de deslocamento dos objetos, quando estes saem da instituição-Museu e são encaminhados para o Laboratório. Contudo, reconhecem que a maioria dos objetos já havia sido identificada preliminarmente no Museu, pois alguns possuíam fichas de registros. Do ponto de vista da trajetória biográfica, quando ocorre esse segundo deslocamento se percebe conseqüentemente uma alteração no campo dos valores

⁹ O professor Pedro foi um importante arqueólogo dessa região, trabalhando intensamente sobre os sítios localizados na porção do litoral médio-central e da região do extremo sul-brasileiro, como é o caso de Rio Grande. Seus estudos em parceria com diversos pesquisadores brasileiros e do exterior estão amplamente divulgados em publicações da área.

atribuídos aos objetos pelas pessoas, que passam a reconhecê-los enquanto parte de uma coleção museológica, porém, ressignificada sob a interpretação arqueológica. Este dado é extremamente importante, se analisarmos o papel dos objetos na vida das pessoas. Não se tratava apenas de objetos arqueológicos desconectados de seus contextos de origens, mas, necessariamente, das experiências entrelaçadas com esses objetos, seus múltiplos deslocamentos de sentidos e significados.

Outro ponto crucial desta trajetória biográfica é apontado pela interlocutora, ao afirmar que apenas alguns objetos foram deslocados para as dependências do LEPAN, sendo que muitos outros ficaram na reserva técnica do Museu. Assim, segue o trecho onde esse trânsito institucional é detalhado:

[...] Nem todo material arqueológico veio parar no Laboratório, pelo que nós sabemos. Também ficaram algumas tipologias lá no Museu [...] Lembro que eram duas caixas que tinham aqui: uma de material lítico, com objetos relacionados à tecnologia dos lascados, e muitos polidos, predominantemente os com depressão semi-esférica os “quebra-coquinhos”, e outra de cerâmicas, simples e corrugadas, estas últimas estavam em sua maioria fragmentadas. Tinha uma urna grande, que foi coletada no município de São José do Norte [...] Como nada se conectava com nada, iniciamos um processo de catalogação e higienização do material [...]. (DA COSTA, 2021, p. 105).

A interlocutora aproveita o diálogo e destaca quais objetos seriam propriamente arqueológicos, e quais destes retornaram para o Museu ainda no ano de 2015, e foram escolhidos para integrar a exposição temática em meados de 2016. Ao refletir sobre os objetos, ela nos relata em detalhes, quais seriam esses:

[...] Do ponto de vista arqueológico, um dos objetos mais interessantes era uma urna funerária pintada que não estava inteira, mas fragmentada em grandes pedaços (paredes e bordas). Se não me engano eram oriundos de doações das comunidades do município de São José do Norte - RS. Além dessa urna como objeto representativo da cultura tupi-guarani, também tinham outras peças arqueológicas, como muitas bolas de boleadeiras, os “quebra-coquinhos” da mesma região. Lembro-me de uma caixa cheia de muitos cacos de cerâmicas lisas e corrugadas. São propriamente os mesmos objetos que hoje estão em exposição no Museu (DA COSTA, 2021, p. 106).

De fato, como narrado pela interlocutora, nesse processo de deslocamento extra institucional, os objetos que foram para o Laboratório já haviam passado por um primeiro inventário arqueológico realizado ainda nas dependências do Museu. Para fins de compreensão dos itinerários até o ano de 2015, que demarca o seu retorno institucional, essa importante fase de deslocamento constitui parte substancial no processo de musealização, uma vez que os relatos dos interlocutores fortalecem a hipótese de que

o Museu, devido à ausência de políticas de aquisição e quadro técnico-funcional para atender as exigências do acervo, possa ter solicitado auxílio na identificação dos objetos via Laboratório. Vale ressaltar que neste mesmo período, de 2008 a 2015, o Museu permanece fechado devido às obras de readequação espacial e expositiva, sendo reaberto apenas em setembro de 2016.

Sobre essa fase em específico podemos extrair um dado importante. Há um processo de “validação” científica da equipe técnica do Laboratório ao se deparar com os objetos. Neste processo de redescoberta dos objetos da coleção, lhes são atribuídos um novo *status*, uma forma de singularização, deixa-se de ser um aglomerado de objetos descontextualizados para se tornar efetivamente “arqueológico”.

Dessa forma, o retorno da coleção é marco importante na própria trajetória institucional do Museu, que passa a dar uma atenção adicional ao acervo pré-colonial, através da criação de uma exposição temática sobre este assunto. A seguir, é especificada a fase mais recente na biografia da coleção, que em meados de 2016 passa a ser alvo de exposição de longa duração no Museu.

TERCEIRA FASE (2016 – ATUAL): A (RE) QUALIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E A CONSTRUÇÃO DA EXPOSIÇÃO “PRÉ-HISTÓRIA” DA REGIÃO SUL.

A terceira fase corresponde ao período mais recente desta biografia. Refere-se ao momento em que os objetos são selecionados pelos curadores institucionais para compor a nova exposição de longa duração, denominada “pré-história da região sul”. Essa exposição foi inaugurada em setembro do ano de 2016, após a execução do projeto de readequação espacial e expositiva do Museu, que ocorreu entre os anos de 2009 e 2015. Segundo um dos colaboradores do projeto, a nova exposição foi pensada a partir da divisão de módulos dispostos cronologicamente, a qual passaria a compor uma única história da cidade.

Segundo o relato de uma das ex-diretoras, o intuito de construção do projeto museográfico era a readequação do espaço expositivo e a retomada da missão institucional do Museu, que no decorrer dos últimos anos não contemplava parte daquele acervo. Nas palavras da interlocutora:

esta exposição apresentou ainda espaço de lazer com a história dos teatros e história da praia do cassino, com um vídeo colocado com um banco para o visitante poder ouvir e ver. Mostrava um espaço da casa [...] um quarto do século XIX e uma sala de jantar do século XX. Apresenta um espaço do Porto e da industrialização que está

diretamente relacionado com o desenvolvimento da cidade (DA COSTA, 2021, p. 110).

O objetivo dessa mudança redundou em explorar ainda mais o potencial discursivo sobre os objetos que continham no seu acervo, superando a lógica de que o Museu estaria parado no tempo e no tratamento de suas coleções. Essa mudança demandou uma alteração completa dos cenários expositivos. Ao estabelecer uma linha do tempo, articulando datas, eventos, fatos, acontecimentos e pessoas, a instituição passou a comunicar com mais facilidade a história da própria cidade, com destaque para a contextualização de um passado pré-colonial até o presente.

A seguir apresentamos a referida exposição com os objetos da coleção arqueológica.

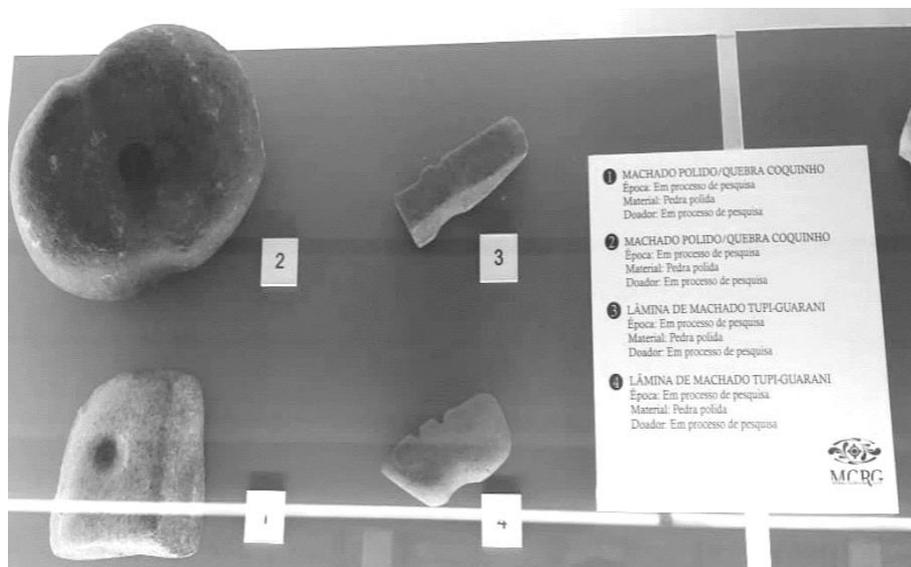


Figura 2 - Objetos arqueológicos em exposição. Na imagem aparecem quatro artefatos confeccionados sob o empenho de técnicas abrasivas, polimento e picote. Fonte: (DA COSTA, 2021, p. 124).

diferentes tradições, utilizando-se texto de referência, já publicado [...] (DA COSTA, 2021, p. 113).

Com base nos relatos orais, podemos perceber que houve uma determinada articulação dos atores que estavam envolvidos com a construção da exposição. Nesse intercâmbio de contatos pessoais e profissionais, é perceptível o momento em que os responsáveis técnicos, ao comporem os módulos expositivos, recorreram aos pesquisadores da área de Arqueologia. A partir deste entendimento, pode-se dizer que a exposição foi pensada e projetada a partir de um diálogo interinstitucional, como é o caso da própria coordenação do NPA e do Lepan que, mesmo desconhecendo por completo a trajetória dos objetos, se dispôs a colaborar com a contextualização de parte daquela coleção.

Nesse enredo de acontecimentos, ainda se destaca a participação indireta do NPA, o qual teve um papel importante na contextualização das narrativas expográficas. Segundo um dos interlocutores, o Núcleo foi responsável por indicar material de relevância sobre os sítios arqueológicos da região no distrito do Povo Novo em Rio Grande, RS. Não raro essa é uma das áreas mais 'conhecidas' arqueologicamente na região, o que sugere que parte do conhecimento arqueológico produzido pelos pares pode ser usada para contextualizar esses objetos sob o viés da musealização deste patrimônio.

No geral, essas interlocuções institucionais foram fundamentais não apenas para a transformação discursiva do Museu diante do acervo arqueológico, com rarefeita documentação museológica, mas também no redirecionamento epistêmico da instituição, que se propôs a compor uma nova narrativa acerca do passado cultural da cidade, até então invisibilizado pela dita 'história oficial'. Nesse movimento, ao retomar a missão institucional, o Museu afirma-se politicamente e socialmente diante da importância da preservação da memória indígena no território brasileiro, e mais especificamente na região de Rio Grande, RS, cuja variabilidade do registro arqueológico permite estabelecer um marco de ocupação humana para este território.

Apesar dos inúmeros avanços científicos, ainda são reiterados os desafios no âmbito institucional. Mesmo com a falta de profissionais especializados para dar conta do respectivo acervo e a carência de investimento na área da cultura do Município, o Museu possui, hoje, uma das melhores estruturas museográficas da região sul, se comparada aos demais museus históricos e municipais, distribuídos pelo território sul-brasileiro. No entanto, cabe destacar a urgência de pensar novas estratégias para a

salvaguarda e comunicação de coleções arqueológicas na instituição, visando à valorização social, científica e cultural.

A partir desta análise e de trabalhos anteriores já publicados, reiteramos que é preciso investir em processos comunicativos de modo colaborativo e participativo com os distintos segmentos sociais, notadamente, no que se refere ao protagonismo das comunidades vivem na região e que de algum modo interagem com o cotidiano do Museu. Sem dúvidas, essa perspectiva abre espaço para a projeção de pesquisas futuras no respectivo acervo, inclusive na atuação das lideranças indígenas, que podem a partir de suas próprias vivências, experiências, e cosmogonias, discutir, elaborar e planejar novas exposições temáticas sobre a sua própria história e memória, e em perspectiva de longa duração. Pensa-se que somente desse modo é possível ultrapassar as categorizações usuais que foram concebidas para a cultura material indígena nos museus brasileiros, neste caso do período pré-colonial, abrindo espaços para novos usos do passado e dinâmicas patrimoniais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem biográfica dos objetos, tomada como reflexão teórico-metodológica, tem potência fundamental para investigação arqueológica e museológica contemporânea. Como nos diz Da Costa (2021), essa abordagem em sua dimensão aplicada abre horizonte, especialmente, para a compreensão do patrimônio como uma categoria consubstanciada por relações intersubjetivas e emotivas.

No momento em que se discorre sobre a trajetória da coleção em específico, passa-se a compreender não apenas o registro pontual de informações sobre os objetos da coleção que estão em exposição, mas, sobretudo, às interlocuções sociais e interinstitucionais traduzidas pelas múltiplas experiências em que pessoas, objetos, instituições e tempos, são tecidos na mesma teia, em uma biografia complexa e em processo. Nessa perspectiva, é correto afirmar que a biografia da coleção continuará sendo construída através de novos processos de significação, que se darão ao longo da sua fase museológica, e que dependerá de outros atores sociais para contá-la.

Para finalizar essa discussão, reiteramos a ideia recente sugerida por Da Costa e Ribeiro (2020) de que é tempo de o patrimônio ser encarado como um estado de espírito e não como a tradução do espírito do Estado. Desta maneira, mais do que insistir em dizer o que os objetos da cultura material foram, seu recuo no tempo e sua pretensa utilidade, seria mais útil abrir caminhos para contar o que eles poderiam *vir a ser*.

Referências

- ALBERTI, Samuel JMM. Objects and the Museum. *Isis*, v. 96, n. 4, p. 559-571, 2005.
- ANJOS, Danielle Manczak. *Acervo e Sociedade – Museu da Cidade do Rio Grande – RS*. 2012. 170 páginas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.
- ANJOS, Danielle Manczak. Porto e Barra no acervo do Museu Histórico da Cidade do Rio Grande: uma introdução. *Biblos*, v. 23, n. 1, p. 139-154. 2009.
- APPADURAI, Arjun. 2008. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. *Niterói: EdUFF*, 2008.
- BRUNO, Maria Cristina. Arqueologia e Antropofagia: A musealização de sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional*. Brasília, nº 31, p. 234-247, 2005.
- BRUNO, Maria Cristina. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema*. Tese (Doutorado em História), São Paulo: FFLCH – USP. 1995.
- CHAGAS, Mário de Souza. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. *Cadernos de Museologia*, n. 2, p. 29-47. 1994.
- DA COSTA, Matheus Pereira. *Trajetória biográfica de uma coleção arqueológica pré-colonial (1984-2020): o caso do Museu da Cidade do Rio Grande - MCRG*. 2021. f. 180. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.
- DA COSTA, Matheus Pereira; RIBEIRO, Diego Lemos. “estratigrafia do abandono”: O caso do Museu da Cidade do Rio Grande–MCRG no extremo sul do Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 17, n. 34, p. 209-235, 2020.
- DA SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes. *Musealização da Arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológico em museus potiguares*. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE\USP, São Paulo, 2008.
- FERREIRA, Beir Tales; GONÇALVES, Beal Marisa. *Coleção histórica do Museu da Cidade do Rio Grande/RS: Arquitetura, patrimônio e museografia*, Rio Grande, 2014.
- GELL, Alfred. *Arte e Agência*, Oxford University Press, 1998, [Tradução: Arte e seus Agentes, Uma Teoria anthropologique], Dijon, Les Presses du Réel, 2009.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas como Patrimônios. *Horizontes Antropológicos*. v. 11, n. 23, p. 15-36. 2005.
- HODDER, Ian. Developing a reflexive method in archaeology. *Towards reflexive method in archaeology: The example at Çatalhöyük* (2000): 3-14.
- KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. 2008. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. *Niterói: EdUFF*, 2008.
- LOURENÇO, C. Marta. GESSNER, Samuel. Documenting Collections: cornerstones for more history of Science in museums. December 2012. *Science & Education* 23 (4). DOI: 10.1007/s11191-012-9568-z.
- MENESES, Ulpiano T. B.De. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.
- NERY, Olivia Silva; BRAHM, José Paulo; SERRES, Juliane P. D. C; RIBEIRO, Diego L. Segunda casa, segunda vida: a biografia dos objetos de museus. In: *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 111-135, nov. 2020.
- MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2013.

F. S. B. *[Entrevista]*. 2020. Entrevista concedida a C.D.M.P. em (14/04/2020), Rio Grande – RS.
B. L. C. *[Entrevista]*. 2020. Entrevista concedida a C.D.M.P. em (10/01/2020), Rio Grande – RS.
B. V. M. *[Entrevista]*. 2020. Entrevista concedida a C.D.M.P. em (12/01/2020), Rio Grande – RS.
É. C. B. *[Entrevista]*. 2020. Entrevista concedida a C.D.M.P. em (12/01/2020), Rio Grande – RS.

Data de recebimento: 17.10.2021

Data de aceite: 09.11.2021